

O JORNAL DO PORTO

ASSIGNA-SE, no Porto, no escriptorio da Empresa, rua Ferreira Borges, n.º 51.—A assignatura poderá começar no 1.º de qualquer mez, mas só terminará no ultimo de março, junho, setembro ou dezembro.—Preço da assignatura, por trimestre, 1,3500 reis; pelo correio (franco) 1,9000 reis.—Não se vendem números avulsos.—Recebem-se no mesmo escriptorio os annuncios e correspondencias.—ANNUNCIOS E CORRESPONDENCIAS, por linha, 40 reis; annuncios repetidos 20 reis.—ANNUNCIOS DE SAHIDA DE NAVIOS, cada vez, 120 reis.—Os snrs. Assignantes gosarão em todos os annuncios, do abatimento de 25 por cento.—Toda a correspondencia dirigida á Empresa deverá ser franqueada.—Tomam-se assignaturas para o imperio do Brazil: anno 13,500, semestre 6,750 reis.

PROPRIETARIO, A. R. DA CRUZ COUTINHO

PORTO 15 DE JUNHO

AGRICULTURA

De todas as industrias do paiz é por certo a industria agricola a menos eficazmente considerada pela protecção do Estado, sem embargo de ser a primeira e a mais indispensavel pela natureza dos seus productos, em relação ás primeiras necessidades do povo.

A prova do desleixo, com que tem sido olhada pelos poderes publicos, é o atraso em que se acha entre nós, e o pouco desenvolvimento que tem tido em relação a outras muitas.

Não diremos, como quer alguém, que o nosso paiz pela natureza do seu solo e clima seja por excellencia agricola, mas só que se neste sentido fosse convenientemente explorado, diffundido, e aperfeiçoado os melhores methodos de cultivar a terra, teriamos em todo o genero de produções, não só o necessario para o consumo do paiz, mas para exportar em grande escala.

Se no estado, em que se acha esta arte, que em geral em todas as provincias ainda se não emancipou de uma rotina cega e tão pertinaz como inconsequente em relação ás terras cultivadas, ainda assim poucas e raras vezes carecemos de nos socorrer á importação de cereaes estrangeiros, que seria se mais adiantada estivesse pelo desenvolvimento dos conhecimentos necessarios, emprego e uso dos instrumentos proprios aperfeiçoados?

A este grande mal podemos ainda juntar outro, talvez superior, e vem a ser o abandono em que se acham grandes áreas de terreno, aliás feracissimo em algumas das nossas provincias, e nomeadamente nas do sul do reino.

Se exceptuarmos a provincia do Minho, podemos dizer que a exploração agricola não tem feito progressos, e se acha desde ha seculos votada ao mais completo abandono, desprezando-se uma das mais inextinguíveis fontes da riqueza publica e particular.

Um passeio por essas outras provincias do reino convencerá desta verdade, vendo-se extensas charnecas que muito bem se poderiam converter em amenos e productivos prados, e montes escavados que igualmente se poderiam aproveitar, e com bem pouco trabalho, transformando-os em selvas e matas, ou arborizando-os segundo a propriedade e natureza dos terrenos.

Muitas são as causas deste atraso e desleixo, e grande culpa terão os proprietarios de largas terras que porventura se encontram nestas condições, assim como as camaras municipais em respeito aos maninhos; maior porém cabe aos governos, que podiam obrigar tanto os primeiros, como os segundos a melhoral-os, proporcionando-lhes os meios ao seu alcance.

Estas necessidades não passaram despercebidas em tempos menos illustrados, para que hoje com muita mais razão de causa se possam descurar. Houve uma lei, que hoje está em desuso, pela qual o proprietario era obrigado a cultivar a terra que lhe fôra dada em remuneração de serviços prestados ao Estado, ou para o fim de a desbravar e rotear; e quando faltava a esta condição, era-lhe tirada em continência, e dada a outro que melhor a subsees aproveitaria. Não seria mau que revivesse esta disposição ao menos para a Estremadura, Alemtejo e Algarve. Se esta lei chamada das sennarias estivesse em vi-

gor, estaria de certo mais adiantada a cultura e exploração agricola desses terrenos, obrigando pelo menos os grandes proprietarios a aforal-os, ou empraçal-os por preço modico a colonos e caseiros, lucrando assim uns e outros, e o paiz.

Em relação ás camaras ainda nos parece que seria mais facil obrigal-as a povoar de arvôres os montes e baldios, mas antes d'isto entendemos nós que seria indispensavel que algum habilitado examinasse esses terrenos para segundo as suas condições phisicas, e geologicas lhes appropriar a cultura mais conveniente.

Não sabemos que sobre este ponto haja estudos officiaes, seguindo-se da ignorancia em que muitas vezes, senão sempre, se acham as camaras municipais, inutilizarem repetidas sennarias, assim de penico, como de outras especies, com tanto prejuizo como sem proveito para as mesmas camaras.

Muito conveniente seria portanto, que o governo commissionasse pessoas habilitadas com os necessarios conhecimentos scientificos para examinar os diversos terrenos que se podessem prestar a qualquer genero de vegetação. Era uma despesa, que, como bem dessempehassem a commissão, não deixaria de ser muito productiva.

Dão-se ainda duas causas para o atraso da nossa agricultura, além das que levamos apontadas; e vem a ser uma a emigração que tem tomado ultimamente um grande incremento, dando em resultado a falta de braços para o serviço da lavoura; a segunda, e que não influe pouco a nosso ver para a emigração, é a lei do recrutamento.

Porque se não havia de aproveitar a repugnancia e antipathia que por via de regra tem o nosso povo para o serviço militar, exceptuando d'elle, por uma modificação na lei, os que preferissem antes estabelecer colonias nas provincias do reino em proveito da agricultura, proporcionando-lhes o governo alguns recursos, e o futuro os lucros e vantagens certas do seu trabalho?

Não seria melhor, e de muita maior utilidade para elles e para o Estado, vel-os assim empregados no paiz, do que perdê-los no maior numero pela emigração para longes terras em outro hemispherio, onde grande parte vão succumbir no mais improbo trabalho sob um clima incompativel com a sua natureza; e demais a mais na dura e penosa condição de escravos?

Bem sabemos que as leis não podem restringir, e menos vedar liberdade de deixar a patria aos que porventura estejam nas circumstancias de o poderem fazer; mas o que pode o governo, e os poderes publicos, é ministrar-lhes meios de poderem fazer fortuna, no seu paiz natal, com esperanças de lucros e vantagens, que como se realizem os tentará talvez a deixar por ellas de empregar longas e distantes peregrinações após uma fortuna illusoria ou muito contingente, não encontrando mais do que fadigas, a desgraça, a escravidão, e a morte, longe dos seus e da patria por todo esse bem que suppunham.

Especula-se, e em grande, com todas as industrias, e porque é que a respeito da agricultura, e das suas muitas especialidades, tão pouco se emprende?

E' assumpto que além das considerações que acabamos de fazer, vale bem a pena de se profundar, porque outras muitas se offerecem; e de todas pode colher-se grande proveito, como seccam attentadas, e se lhes dê o

peso que merecem em relação ao engrandecimento e prosperidade do paiz.

REVISTA EXTRANGEIRA

Não se disparou ainda o primeiro tiro; mas formados estão já, e, por assim assim dizer, em linha de batalha, os exercitos que vão ser beligerantes. Pelo que respeita ás potencias neutras, essas observam com attenção os acontecimentos, aguardando porventura o instante em que hajam de sair da neutralidade.

Neutral é a França, por exemplo, ou como tal se intitula; mas para que ninguém lhe supponha um absoluto e omnimodo proposito de neutralidade, já ultimamente fez algumas declarações o imperador dos francezes.

Não temos ainda presente a versão textual da carta dirigida por Napoleão III ao seu ministro, M. Drouhyn de Lhuys, e lida ao corpo legislativo por M. Rouer na sessão de 13 do corrente; mas pelo resumo que hontem se nos deu por um telegramma de Paris, vê-se que é um documento importante.

Reproduziremos os pontos principaes. Declara o imperador que se a conferencia diplomatica se tivesse realizado, a França teria repellido a ideia de ampliação territorial, a menos de não ver transtornado o equilibrio europeu;

Que a França não cuidará em alargar as suas fronteiras, senão quando veja alterado o mappa da Europa em proveito de alguma das outras grandes potencias, e, quando, neste caso, os povos limitrophes exprimam desejos de se annexarem á França;

Mas que prefere viver em paz e amizade com os seus vizinhos;

Que na conferencia teria aconselhado á Austria que cedesse a Venecia a troca d'alguma compensação territorial;

Que entende que a França não tomará parte na guerra;

Mas que nenhuma questão relativa á França poderá ser resolvida sem o consentimento do governo francez;

E finalmente, que a França conservará a tena neutralidade, confiada no seu direito e na sua força.

Até ali os pontos capitais da carta do imperador, segundo o telegramma a que nos referimos.

Vê-se pois, que a França está por agora neutral, mas attenta para observar o rumo que levam as cousas;—não quer entrar na guerra, mas confiante no seu direito e na sua força, não consentirá que as outras potencias resolvam de per si qualquer questão que de algum modo lhe possa dizer respeito;—não ambiciona ampliação de territorio, mas é preciso que se não transtorne o equilibrio europeu;—não cuida em alargar as suas fronteiras, mas com a condição de que nenhuma das grandes potencias cuide em alargar também as suas.

Condicional é portanto a neutralidade da França, e hypothetico o seu desinteresse. Uma das declarações do imperador dos francezes é que, se tivesse havido a conferencia, teria aconselhado á Austria a cedença da Venecia, a troca d'uma compensação territorial.

Onde seria porém essa compensação? Na Italia ou na Alemanha? Nos principados do Danubio ou na Turquia? E em qualquer d'esses pontos como seria possível a compensação territorial, sem acarretar inconvenientes ainda mais graves?

Nesse objecto insistia, segundo parece, a resposta da Austria quando a convidaram para a conferencia. Não veio ainda á luz da publicidade o memorandum, que n'essa occasião foi apresentado pelo governo austriaco, mas ha razões para supôr que a substancia dos seus argumentos é a mesma d'um artigo então publicado pelo Memorial diplomatico.—Transcrevelo-o hemos:

—Então, diga-me cá uma coisa, menina. Que lhe parece o nosso cirurgião novo? Margarida fitou os olhos em Joanna, como para adivinhar-lhe nas feições o sentido da imprevista pergunta.

—Que me parece? Que me ha de parecer? —Sim; não acha que está um bonito medico para uma rapariga doente mandar chamar? continuou Joanna sorrindo.

Ignorando ao que a velha creada de João Semana queria alludir, a pupilla do reitor, a seu pesar, se sobressaltou com esta interrogação.

—Mas... porque me pergunta você isso? —Pois não sabe? Ora a menina, que ha de andar sempre fóra d'este mundo! Aposto que não sabe o que por ali vai com o Daniel?

—Não, respondeu Margarida, sem já poder disfarçar a sua curiosidade, á qual uma certa inquietação, por ella mesma mal explicada, se vinha misturando.

—E' o que eu digo!—observava Joanna. —Mas então que ha?

A senhora Joanna com a melhor vontade informou Margarida da historia da menina Francisca, já se sabe, com muita severidade de comentarios para com ella, e a costumada indulgencia para Daniel.

—Aquella bandeira de torre—dizia ella—volta-se para onde lhe sopram. Não ha olhos para que se não enleite. E ainda o accusam a elle! Faz muito bem; é rapaz. Eu sei que para cirurgião devia ter mais juizo, devia; mas, oral, hoje em dia, já se não repara n'essas coisas. E depois elle é de uma creança e se a Chica lhe não desse trélla... estou que não se ateria a... Em todo o caso, menina, sempre é bom trazer-lhe de olho. Aquella cabeça, benza-a Deus, não valle grande coisa... Não. Sempre assim foi. Como a Clarita lhe casa agora na familia, é natural que elle venha por aqui. Cautella a menina. Eu bem sei que com certa gente não faz elle farinha, mas...

Margarida forcejou por sorrir ás recommendações de Joanna, mas conseguiu-o mal. Aquellas palavras atravessavam-lhe o coração. Affligia-a a leviandade de Daniel. Estava-lhe pois destinada a cruel provação d'um desgano d'estes?

Para aceitar a reunião do projectado congresso, propõe o gabinete de Vienna uma condição, que naturalmente deve fazer abortar o projecto.—E mais vale isso talvez para o governo austriaco; pois que em verdade quanto mais se considera a questão, mais se reconhece que a Austria poucos resultados pode esperar das deliberações do congresso ante-bellum.

Sejam quaes forem as circumloquções com que se redija o programma da conferencia diplomatica, entende-se que a desintelligencia italiana só pôde significar para a Austria uma proposta para a cedença da Venecia.

—Ora a Austria não poderia hoje responder a tal proposta senão com uma redonda negativa.—Se hoje a Austria sob uma pressão moral cedesse d'uma provincia, e d'uma provincia tão importante pelo triplice aspecto militar, marítimo e politico, suicidaria-se, ou desceria para sempre da classe de grande potencia.

—Indemnização pecuniaria não poderia aceitar o governo austriaco, sem quebra da honra e dignidade nacional.

—Idear-se-hiam talvez combinações, pelas quaes se trocasse um territorio por outro territorio; mas esses escambos, que se podem operar depois d'uma guerra, e por effeito das mudanças territoriaes que então se seguem, difficilmente resultariam da pacifica deliberação d'uns poucos de diplomatas reunidos em volta d'uma meza.

—E então, tracem de ver quaes seriam as indemnizações territoriaes, e desde logo topára na difficuldade.

—Procuram-nas talvez na Turquia? Mas a desmembração do imperio otomano não está por agora em ordem do dia; e além d'isso, nem as provincias danubianas, nem a Bosnia, nem a Herzegovina são para a Austria, no estado em que se acham, o equivalente da Venecia. Qual quer d'essas regiões, tão pouco productivas, e nas quaes a ordem e o progresso deixam ainda tanto que desejar, em vez de fornecer novos recursos á Austria, só serviria para lhos extor.

—Na Alemanha, não seria a Austria quem procurasse compensações; está muito longe de desejar taes eventualidades, e prefere que cada um guarde o que lhe pertence legitimamente.

—Se a guerra, por desgraça, vier a reabrir, e se a Providencia abençoar as bandeiras austriacas, já então a Austria, quando se tractar de alterações de territorio, poderá, usando moderadamente da victoria, consentir em renunciar a uma das suas antigas possessões. Pelo interesse da paz geral, já ella então não duvidaria fazer concessões: mas transigir hoje, o mesmo seria que dobrar-se á ameaça, e afogar os seus adversarios a fazer maiores exigencias.

—Bem desejaria a Austria que se reunisse o congresso internacional, se podesse obter a garantia de que nenhuma potencia tentaria jogar por esse meio ambiciosos intentos.

—Se porém as potencias não podem ou não querem resolver-se a empregar a sua autoridade para reprimir as aspirações incompatíveis com o estado de paz, e a oppôr uma barreira a pretensões incessantes e aggressivas, deixem então a defeza tão livre como o ataque. Forte com o seu direito, a Austria não invoca o socorro de ninguém; mas reclama alto e bom som que a deixem guardar o que lhe pertence, em quanto lhe for possível.

Assim argumenta o Memorial diplomatico, inspirado pelo governo austriaco; e assim também argumentou, segundo parece, o memorandum com que o mesmo governo mallogrou o projecto do congresso.

—A Gazeta de Turim annuncia que desde algum tempo o barão de Ricasoli assiste em Florença a todos os conselhos de ministros; o que faz prever a sua proxima entrada no gabinete.

Diz um periodico italiano que sahira de Florença para Caprera um correio que leva ao general Garibaldi a ordem de tomar, sem demora o commando dos voluntarios.

he dêem muita confiança. Não, que elle tenha mau coração. Crede! Conheço-o de pequeno. Aquillo não faz mal a uma pomba; mas em quanto ao mais... O padre Santo Antonio nos acuda! Eu digo, que se eu fosse rapariga...

Mas... que tem que está tão falta de cor, menina? Não está boa?... que sente?

Nada, respondeu Margarida procurando mostrar-se tranquilla. Não tenho nada. E' que está aqui muito abafado. ...

E, levantando-se, caminhou para a janella, a disfarçar a sua perturbação e a aspirar o ar mais livre, que chegava ali, batido pela folhagem das arvôres.

—Não que elle que sempre hoje está um calor disse Joanna. Mas isso também ha-de ser debilidadade. A menina foi sempre de pouco comer. Beba uma agua de caldo, que isso passa-lhe. Ou serão verigens? Olhe que não é outra coisa. Eu também as tenho d'aquellas! A's vezes parece que se me parte a cabeça. E' como se me trocassem cá dentro um regimento de cavallaria. O que é muito bom para isso... sabe?

Não se pôde calcular para que longa enumeração de receitas tomava folego a sr.ª Joanna, cujos conhecimentos therapeuticos a convivencia com João Semana enriquecera, se Margarida a não interrompesse, dizendo-lhe da janella:

—Mas quem sabe lá se a inclinação do sr. Daniel por essa rapariga é sincera?

E, ao dizer isto, passava a mão pela fronte, como se de facto a tivesse tomado uma verigem.

—Boal! exclamou Joanna. Sempre tem coisa! A menina então não sabe nem quem é o Daniel, nem a Chica do Espinho.

—Então elle é assim incapaz de gostar de alguém? perguntou Margarida com affectada indifferença.

—Elle? Elle gosta de todas. Lá por isso... Vá perguntar ao sobrinho do regedor, que viveu com elle quando andou lá no Porto a estudar para padre... e elle que também sahira um padre... de se lhe tirar o chapéu; não tem duvida nenhuma... mas vá-lhe perguntar quem é o menino. Gostar da Chica!...

Neste ponto, a sr.ª Joanna fez um gesto, muito serio; fungou rudemente, torcendo o nariz, fechando o olho esquerdo e prolongando o labio inferior—conjuncto de signaes physiognomicos, que valia um discurso.

—Espera-se de momento para momento, diz o mesmo periodico, a publicação do decreto que deve conferir a regencia ao principe de Carignano. A proclamação do rei aos italianos, e o manifesto do general Lamarmora á Europa estão promptos.

O numero de batalhões de voluntarios vai ser elevado de 40 a 60 batalhões. Vinte batalhões permanecerão nos depositos.

O empréstimo forçado será de 240 milhões de francos, ou cerca de 45.200 contos de reis. Vê-se que a Italia envida na luta quantos recursos possue em sangue e dinheiro. O mesmo fazem as outras potencias contendentes. Resta ver para qual dos lados penderá por fim a victoria.

PARTE OFFICIAL

Diario de Lisboa de 14 de junho.

MINISTERIO DO REINO. Portaria contendo providencias sobre o alistamento voluntario nas guardas municipaes.

Portaria confirmando a nomeação de Florencio Duarte Pereira Pinto, para escrivão da camara de Castro Daire.

MINISTERIO DA JUSTIÇA. Despachos judiciais effectuados por decretos de maio findo e de junho corrente.

Mais despachos judiciais. Licenças concedidas em 12 do corrente a varios funcionarios judiciais.

MINISTERIO DA FAZENDA. Lista de bens nacionaes que no dia 18 de julho proximo ha-de ser arrematados no governo civil de Beja.

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS. Cotação de titulos de divida consolidada interna, em 11 do corrente.

MINISTERIO DA GUERRA

ORDEN DO EXERCITO

N.º 19

DE 11 DE JUNHO DE 1866

Publica-se ao exercito o seguinte:

DECRETO

Ministerio da guerra—1.ª Direcção—1.ª Repartição.—Tendo em consideração as ponderações que me fizeram diversos coronéis de cavallaria e infantaria, nos requerimentos que subiram á minha real presença, em que reclamam contra a collocação, que em consequencia do determinado nos decretos de 8 de março de 1850, de 22 e 23 de setembro de 1860, tem na respectiva escala de accesso o coronel do corpo do estado maior Carlos Brandão de Castro Ferrer;

Considerando que o decreto de 8 de março de 1850, que mandou eliminar a clausula da patente d'este officio, não podia produzir os seus devidos effeitos senão da data do dia 20 de dezembro de 1846, em que se praticou o feito que aquelle decreto quiz galardoar;

Considerando que as antiguidades dos postos subsequentes de tenente coronel e coronel, que em d'ho officio obteve, devem ser reguladas em harmonia com a sua antiguidade legal do posto de major; hei por bem, tendo em vista o exposto nas consultas do supremo conselho de justiça militar, datadas de 18 de junho de 1861 e 14 de abril de 1866, e bem assim nas da secção administrativa do conselho d'estado de 11 de abril de 1862, do conselheiro procurador geral da corôa de 11 de março do mesmo anno, e do seu ajudante junto ao ministerio da gu. ra, com data de 4 de dezembro de 1865, declarar major para todos os effeitos de 20 de dezembro de 1846, ao coronel do corpo do estado maior,

Esta conversa torturava Margarida, Joanna, sem o saber, era d'uma crueldade inquisitorial. A sua loquacidade promettia longa duração, se as badaladas do meio dia, na torre da igreja parochial, a não viessem pôr em sustos de chegar a casa depois de seu anno.

—Ai, meio dia já! Senhor me dê paciencia, exclamou ella juntando as mãos. E eu que tenho o jantar tão atrazado! Adeus, menina, adeus, sem mais.

E tomando, toda agodada, a capa que tinha pousado, e ageitando á pressa o lenço engomado que trazia á cabeça, ia a sair, rosnando a oração meridiana:

—Bem dita e louvada seja a hora, em que meu Deus, nosso Senhor Jesus-Christo padeceu e...

Mas ao transpôr o limiar da porta achou-se inesperadamente em frente de Clara, que a obrigou a parar.

XXVI

Segundo o costume, vinham radiantes de alegria as sympathicas feições da irmã de Margarida.

—Viva! Já não ha quem a veja, sr.ª Joanna. Eu até principiei a resar-lhe todas as noites por alma um padre-nosso e uma ave-maria, Joanna, a quem tanto quadrava este genio folgazão e descurado de Clara, tinha por costume fingir, na presença d'ella, que o não podia soffrer; mas o genio que, a seu pesar, lhe tomava a boca, inutilizava-lhe a dissimulação.

—Olhem os meus peccados! disse ella voltando para a sala.—Inda mais esta! Boa te vai! Estou bem aviada!...

Clara puzera-se a olhar-a com attenção e espanto affectado.

—Então que tataria é esta? Lengua novo de casa! Já reparaste, Guida? E arrecadas! Ai! Estou para morrer! O mundo perde-se! Agora é que eu o digo.

—E para que veja, disse Joanna, custando-lhe a manter a seriedade.

—O Joanna, você irá casar-se? —Olhem, olhem... ella ali vem já com as suas tolices! Tenha juizo.

Carlos Brandão de Castro Ferrer; ficando considerado na escala dos coronéis para o accesso, tenente coronel de 29 de abril de 1851, e coronel de 8 de julho de 1864.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda e interino dos negocios da guerra assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 4 de junho de 1866 —REI.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Por decretos de 28 do mez proximo passado: REGIMENTO DE CAVALLERIA N.º 2, LANÇEIRAS DA RAÍHA.

Alferes, o alferes graduado, Thomaz de Sousa Rosa.

Por decreto de 4 do corrente mez; Reformado na conformidade do disposto no artigo 15 e seu § da lei de 25 de junho de 1864, que reorganizou o exercito o general de divisão, visconde de Bastos, pelo haver requerido, e ter sido julgado incapaz de serviço activo, pela junta militar de saude que o inspecionou.

ESTADO MAIOR GENERAL. General da divisão, o general de brigada, visconde de S. Thiago.

General de brigada, o coronel de cavallaria em commissão, José de Vasconcellos Correia.

DISPONIBILIDADE. O coronel, João Jacintho Tavares; o capitão, Manoel Joaquim Pedro; o tenente, Antonio Apriego de Lorena; e os alferes, Francisco Antonio Pinheiro Bayão e Pedro Clemente de Menezes; todos de infantaria e regressados do ultramar, por terem concluido as suas commissões.

Por decreto da mesma data: Graduado no posto de general de brigada, o coronel de infantaria fora do quadro, D. Manoel Jeronymo da Camara, em conformidade do disposto nos §§ 1.º e 4.º do artigo 65.º da lei de 25 de junho de 1864, que reorganizou o exercito de 6 do dito mez.

4.ª DIVISÃO MILITAR. Commandante, o general de brigada, José Maria Taborda.

6.ª DIVISÃO MILITAR. Commandante, o general de brigada, commandante da 4.ª divisão militar, visconde do Sardoal.

7.ª DIVISÃO MILITAR. Commandante, o general de divisão, visconde de S. Thiago.

CORPO DE ESTADO MAIOR. Chefe do estado maior do commando d'este corpo, o major, D. Luiz da Camara Leme.

ARMA DE ENGENHEIRIA. Tenente, o alferes de infantaria em commissão, Manoel José Ribeiro, em conformidade das disposições do artigo 36.º do decreto com força de lei de 12 de janeiro de 1837 e artigos 1.º das cartas de lei de 7 de agosto de 1854 e 1.º de março de 1838.

Por decretos de 7 do dito mez: BATALHÃO DE CAÇADORES N.º 1. Tenente, o alferes do batalhão de caçadores n.º 12, Luiz Augusto da Camara.

BATALHÃO DE CAÇADORES N.º 3. Tenentes, os alferes do regimento de infantaria n.º 11, João Rebelo de Albuquerque e João Mourato.

BATALHÃO DE CAÇADORES N.º 6. Capitão da 6.ª companhia, o tenente do regimento de infantaria n.º 16, Joaquim Manoel Simões.

BATALHÃO DE CAÇADORES N.º 7. Tenente, o tenente de infantaria em disponibilidade, Antonio Apriego de Lorena.

BATALHÃO DE CAÇADORES N.º 8. Capitão da 2.ª companhia, o tenente graduado em capitão do batalhão de caçadores n.º 11, João Ignacio Christipiano Chianca.

Capitão da 7.ª companhia, o tenente do regimento de infantaria n.º 10, Antonio Correia de Bettencourt.

BATALHÃO DE CAÇADORES N.º 12. Alferes, o alferes de infantaria em disponibilidade, Francisco Antonio Pinheiro Bayão.

REGIMENTO DE INFANTARIA N.º 11. Capitão da 1.ª companhia, o tenente do regi-

Queres tu vér, Guida, que... Pois será com elle? Veja o que faz, Joanna, olhe que eu...

—Adeus! Sabe o que mais? Não estou para a aturar. Deixe-me ir embora, ande.

—Embora? Isso é que não vai d'aqui tão cedo.

—E Jesus Senhor! deixe-me ir, que é meio dia e faz-se-me tarde. O meu amo está á espera... Valha-me Deus! Ora o que me havia de apparecer?

—O meu amo? Ainda ha pouco elle ia para a banda dos Casaes.

—Num momento pôe-se em casa. Deixe-me ir, menina.

—Não vai.

—Olhem que praga! Então? Isso não tem graça nenhuma. Não vê ali a Margaridinha como tem juizo?

—Venha-me com isso, a ver se me mette em brios.

—Ai, cuida que eu tenho os seus cuidados? Menina, deixe-me ir, embora. Que sécca!

—Deixa-a ir, Clara, deixa, que pode fazer falta, disse por fim Margarida, que as estivera escutando, distrahlida.

—Vá lá; em attenção á Guida. Mas ha de vir então pelo quintal, que lhe quero dar um ramo para o sr. João Semana.

—Não que elle está agora á espera dos seus ramos; nem dorme com a lembrança.

—Ha de levar-lhe um ramo de meu mando. Amores antigos não esquecem.

—Olhe, deixe antes isso para o cirurgião novo, que esse é que não lho engeita.

—Quem? o sr. Daniel? Ai, é verdade... Tu sabes, Guida? disse Clara, riudo. A Chica do tendeiro...

—Sei, sei, respondeu Margarida, erguendo-se com vivacidade.

—Sempre tem uma cabecinha o tal senhor meu cunhado! Mas eu por mim sou ainda pelo João Semana. Olhe, Joanna, diz-lhe você que me faça uns versos tambem?

—Ai, vá já faz-l-os; pode esperar por isso.

—Uns versos como os taes da... trigueira... Não eram da trigueira?

—Sim, sim; tudo se ha de arranjar.

—É verdade, que eu já sei uns que serviam.

E, sahindo com Joanna para o quintal, Clara pôz-se a cantar:

Morena, morena
Dos olhos rasgados
Teus olhos, morena,
São os meus peccados.

mente de infantaria n.º 16, José Joaquim de Mendonça.

Alferezes, os alferezes de infantaria em disponibilidade, Joaquim Libanio d'Oliveira e Antonio Henrique de Sampaio Ramos.

REGIMENTO DE INFANTARIA N.º 12
Tenente, o alfereze do regimento de infantaria n.º 17 Pedro d'Alcantara Correia de Lacerda.

REGIMENTO DE INFANTARIA N.º 17
Alferezes, os alferezes de infantaria em disponibilidade, Pedro Clemente de Menezes.

COMISSÕES
Tenente, o alfereze de infantaria João Evangelista d'Alreu.

Por decreto da mesma data:
Graduados no posto de tenente, em conformidade do disposto no § 1.º do artigo 65 da lei de 25 de junho de 1864, que reorganizou o exercito, os alferezes de infantaria fôro do quadro, Valentim Evaristo da Rego e Cesar Augusto Barradas Guerreiro.

4.º—PORTARIA
Ministerio da guerra—Repartição do gabinete—Sendo reconhecida a conveniencia de ter em deposito o armamento preciso para o completo da arma de infantaria no pé de guerra; convido que na escolha que haja a fazer-se do material necessario para o referido deposito, sejam attendidas as indicações aconselhadas pelo progresso da sciencia de artilheria e pela experiencia das guerras que ultimamente tem occorrido na Europa e America; e sendo da maior vantagem, qualquer que seja o systema de armamento adoptado para o indicado fim, ter o pessoal do exercito devidamente adestrado no seu manejo e emprego: manda Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da guerra, que uma commissão composta do general de brigada, commandante geral de artilheria, Fortunato José Barreiros como presidente; do tenente coronel do regimento de infantaria n.º 7, Bento José da Cunha Vianna; dos maiores do regimento n.º 10 d'esta arma, João Pinto Carneiro, e do batalhão de caçadores n.º 3, Luiz Augusto Pimentel; e dos capitães de cavallaria Antonio José da Cunha Salgado, e da artilheria, José Maria da Ponte e Horta e Theodoro José da Silva Freire, como vogaes, servindo este de secretario, se reúna, discuta e emita com a maior brevidade o seu parecer sobre os seguintes quesitos:

1.º Se convirá fazer algumas modificações no armamento actualmente adoptado para a infantaria, e quaes ellas devam ser;

2.º Qual o melhor systema de armamento a adoptar para constituir o indicado deposito, e o numero de armamentos completos que convirá adquirir ou mandar fabricar para este fim;

3.º No caso que o systema de armamento a adoptar seja diferente da actual, se convirá armar desde já as companhias dos flancos dos regimentos de infantaria e dos batalhões de caçadores com o novo armamento, não só para reconhecer a sua utilidade pratica, mas tambem para se propagar pelo exercito o conhecimento do seu manejo e emprego.

Paço, em 1 de junho de 1866—Antonio Maria de Pontes Pereira de Mello.

5.º—Port determinação de Sua Magestade El-Rei:

REGIMENTO DE INFANTARIA N.º 10
Tenente, o tenente do batalhão de caçadores n.º 8, Joaquim Augusto de Mascarenhas Bastos.

REGIMENTO DE INFANTARIA N.º 11
Capitão da 1.ª companhia o capitão da 6.ª, Antonio Joaquim da Eucaração Junior.

Capitão da 6.ª companhia o capitão da 1.ª, José Joaquim de Mendonça.

REGIMENTO DE INFANTARIA N.º 16
Tenentes, os tenentes do batalhão de caçadores n.º 1, João Theodoro Correia, e do regimento de infantaria n.º 11, Manoel Leite de Castro.

6.º—Ministerio da guerra—1.ª direcção—1.ª repartição—Sua Magestade El-Rei determina, que o general de brigada José de Vasconcellos Correia, continue na commissão em que se acha de commandante geral da guarda municipal de Lisboa, e que o major do corpo do estado maior D. Luiz da Camara Leme, chefe do estado maior do commando do referido corpo, continue a exercer internamente as funções de chefe da repartição do gabinete n'este ministerio.

7.º—Ministerio da guerra—1.ª Direcção—2.ª Repartição—Devido todos os militares, quaesquer que sejam as suas gradações ou patentes, complementarem-se reciprocamente quando se encontrem fóra da forma ou em serviço, porque assim o exige a disciplina e o dever militar; constando haver abuso no cumprimento d'este dever, e achando-se determinado no artigo 232 da 2.ª parte da ordenação para o exercito dos corpos de infantaria de linha a maneira da sua execução: ordena Sua Magestade El-Rei, que os generaes commandantes das divisões militares, e das armas especiaes façam cessar os abusos que haja a este respeito e recomendem a exacta e pontual observancia d'aquella determinação.

8.º—Ministerio da guerra—1.ª Direcção—1.ª Repartição—Achando-se vago um lugar de capitão no quadro das capellães militares do exercito, faz-se publico, em conformidade com o disposto nos artigos 9.º da carta de lei de 20 de maio de 1865, e 8.º, 9.º e 10.º do regulamento de 22 de outubro do mesmo anno, publicado no *Diário de Lisboa* n.º 288 de 21 de dezembro seguinte, que a contar da data da presente ordem se abra concurso por espaço de 40 dias para preenchimento da referida vacatura.

Os presbyteros que pretenderem habilitar-se à indicada capellania, deverão durante o prazo em que se achar aberto o concurso dirigir a esta secretaria d'estado os seus requerimentos devidamente instruidos com os documentos exigidos pelo artigo 11.º do supracitado regulamento; e terminando que seja o referido prazo, se annunciará o dia e local em que os mesmos presbyteros terão de apresentar-se perante o jury de que trata o artigo 12.º do mencionado regulamento, afim de passarem pelo exame oral e pratico al expresso.

Para conhecimento dos concorrentes se declara que os deveres inherentes ao lugar de capellão militar e as honras e vantagens que por lei lhe competem, se acham exaradas no *Diário de Lisboa* acima mencionado.

Secretaria d'estado dos negocios da guerra, em 4 de junho de 1866.—Barão de Castro Daire, chefe da repartição.

9.º—Ministerio da guerra—1.ª direcção—5.ª repartição—Accordam os do supremo conselho de justiça militar, etc. Que confirmam, por seus fundamentos a sentença de primeira instancia, que por falta de intenção criminosa nos factos imputados ao accusado Manoel José Gomes, capitão do regimento de infantaria n.º 14, o absolvem de toda a imputação e culpa, com declaração porém que o mesmo accusado indemnise os interessados.

Lisboa, 2 de junho de 1866.—Barão do Monte Brazil—Tab. rda—Barão da Balahá—Visconde do Pinheiro—Macedo (vencido)—Fui presente, Franco, promotor.

10.º—Postos e vencimentos mensaes com que ficaram os officiaes abaixo mencionados, a quem no mez de maio ultimo foram qualificadas as reformas que lhes haviam sido conferidas:

Tenente coronel com 40,000 reis, o major de cavallaria, Francisco José Freire de Miranda Rego, reformado pela ordem do exercito n.º 72 1864.

Tenente coronel com 38,000 reis o major de infantaria, Antonio José de Lima, reformado

do pelas ordens do exercito n.º 66 e 72 de 1864.

Majores com 38,000 reis, os capitães de cavallaria, Ignacio Joaquim de Oliveira e José Antonio Paulinho Osorio, reformados, o primeiro pela ordem do exercito n.º 5 de 1865, e o segundo pelas ordens n.º 1 e 8 do mesmo anno; e de infantaria, Duarte Joaquim da Silveira, reformado pela ordem n.º 5 de 1865.

Segundo official com 22,000 reis, o aspirante da segunda direcção do ministerio da guerra com a gradação de tenente, Thomaz de S. Pereira Sampaio Osorio e Brito, reformado pela ordem do exercito n.º 57 de 1864.

11.º—Licenças registradas concedidas aos officiaes abaixo mencionados:

REGIMENTO DE CAVALLERIA N.º 3
Alferezes, Joaquim da Costa Ramos, prorrogação por trinta dias.

BATALHÃO DE CAÇADORES N.º 4
Alferezes, Antonio Augusto Ferreira Aboim, setenta dias.

REGIMENTO DE INFANTARIA N.º 6
Capitão, Boaventura Joaquim Batalha, dez dias.

REGIMENTO DE INFANTARIA N.º 15
Alferezes, Joaquim José Coelho de Carvalho, seis mezes.

REGIMENTO DE INFANTARIA N.º 17
Alferezes, Pedro de Alcantara Correia de Lacerda, sessenta dias.

12.º—Foram confirmadas as licenças registradas que os commandantes da 5.ª e 7.ª divisões militares e os commandantes geraes de engenharia e de artilheria concederam aos officiaes abaixo mencionados, na conformidade do que se acha determinado:

ESTADO MAIOR DE ARTILHERIA
Coronel, Carlos de Barcellos Machado, quatro dias.

COMPANHIA DE ARTILHERIA DE GUARNIÇÃO DA ILHA DE S. MIGUEL
Primeiro tenente, Narciso José Mendes Falcato, dez dias.

BATALHÃO DE CAÇADORES N.º 3
Tenente, José Ignacio Pinto Nogueira, doze dias.

REGIMENTO DE INFANTARIA N.º 17
Tenente coronel, Pedro Francisco Perry da Camara, quatro dias.

Está conforme.—O chefe da 1.ª direcção, D. Antonio José de Mello.

Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

REPARTIÇÃO CENTRAL

2.ª secção

DOM LUIZ, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as cortes geraes decretaram a nós queremos a lei seguinte:

Art. 1.º E' o governo autorizado a despendere até a somma de 4:555,265 reis com os melhoramentos de que carece o hospital militar permanente de Lisboa, alem da de 7:000,000 reis que para o mesmo fim foi votada por carta de lei de 15 de fevereiro de 1862.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

Mandamos portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda e interino dos da guerra, a façam imprimir, publicar e correr. Dada no paço da Ajuda, aos 25 de maio de 1866.—EL-REI, com rubrica e guarda.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.—(Logar do sello grande das armas reaes.)

Carta de lei, etc.

DOM LUIZ, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as cortes geraes decretaram a nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º E' o governo autorizado a applicar ao tenente de veteranos, D. José Antonio Locio, as disposições do artigo 6.º da carta de lei de 8 de junho de 1865, sem que por isso lhe resulte direito a vencimento alguns anteriores.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

Mandamos portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda e interino dos da guerra a façam imprimir, publicar e correr. Dada no paço da Ajuda, aos 26 de maio de 1866.—EL-REI, com rubrica e guarda.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.—(Logar do sello grande das armas reaes.)

Carta de lei, etc.

DOM LUIZ, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as cortes geraes decretaram a nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º A força militar do exercito no anno de 1866-1867 é fixada em 24:000 praças de pret de todas as armas.

Art. 2.º Será licenciada toda a força que possa ser dispensada, sem prejuizo do serviço, não devendo haver em effectividade mais de 18:000 praças de pret.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario.

Mandamos portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda e interino dos da guerra a façam imprimir, publicar e correr. Dada no paço da Ajuda, aos 26 de maio de 1866.—EL-REI, com rubrica e guarda.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.—(Logar do sello grande das armas reaes.)

Carta de lei, etc.

DOM LUIZ, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as cortes geraes decretaram a nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º A força militar do exercito no anno de 1866-1867 é fixada em 24:000 praças de pret de todas as armas.

Art. 2.º Será licenciada toda a força que possa ser dispensada, sem prejuizo do serviço, não devendo haver em effectividade mais de 18:000 praças de pret.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario.

Mandamos portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda e interino dos da guerra a façam imprimir, publicar e correr. Dada no paço da Ajuda, aos 28 de maio de 1866.—EL-REI, com rubrica e guarda.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.—(Logar do sello grande das armas reaes.)

Carta de lei, etc.

DOM LUIZ, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as cortes geraes decretaram a nós queremos a lei seguinte:

Art. 1.º E' autorizada a camara municipal de Vianna do Castello a levantar por emprestimo a quantia de 8:000 rs. a juro que não excederá a 7 por cento.

Art. 2.º O emprestimo será exclusivamente applicado para a construção de um mercado publico na cidade e para a reparação das calçadas.

Art. 3.º O emprestimo será levantado por series, precedendo licença do governo, com audiencia do conselho de districto, em vista do desenvolvimento que forem tendo as obras a que as quantias mutuadas tiverem de ser empregadas, e da prova de que no organismo municipal está assegurado o pagamento do juro e da amortisação.

Art. 4.º N'enhuma serie do emprestimo será

autorizada sem que a camara municipal apresente os planos e orçamentos das obras a fazer, e sem que estas e aquelles obtenham a aprovação do governo.

Art. 5.º A amortisação do emprestimo será de 10 p.c. do nominal do emprestimo, e para o pagamento d'ella e do respectivo juro serão inscricas no organismo em capitulo especial as necessarias quantias deduzidas da verba destinada para obras municipaes.

§ unico. O organismo não poderá ser aprovado sem que se mostre satisfeita esta prescripção.

Art. 6.º A segurança e garantia do emprestimo a camara poderá hypothecar os rendimentos do municipio, e especialmente os impostos que actualmente se cobram sobre o consumo da carne e do vinho.

Art. 7.º As obras serão feitas por arrematação em hasta publica, ou por administração, como parecer melhor ao governador civil em conselho de districto.

Art. 8.º Os vereadores, ou quaesquer outros funcionarios, que desviarem, auxiliarem ou approvarem o desvio das quantias mutuadas ou de parte d'ellas para applicação diversa da que lhes é destinada por esta lei, incorrerão nas penas do artigo 54.º da de 26 de agosto de 1848.

Art. 9.º Fica revogada a legislação em contrario.

Mandamos portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino a façam imprimir, publicar e correr. Dada no paço da Ajuda, aos 26 de maio de 1866.—EL-REI, com rubrica e guarda.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.—(Logar do sello grande das armas reaes.)

Carta de lei, etc.

CORTES

Camara dos snrs. deputados

(Sessão em 14 de junho)

PRESIDENCIA DO SNR. CESARIO

A' uma hora e 1/2 da tarde abriu-se a sessão estando presentes 75 snrs. deputados.

Acta approvada.

O snr. Fradesso—mandou para a mesa uma proposta que ficou para segunda leitura.

O snr. Quaresma—igualmente mandou para a mesa uma proposta que ficou para segunda leitura.

O snr. Bicuado Correia—pediu, para abreviar tempo, que a proposta apresentada na ultima sessão para um supprimento de fundos para a continuação das obras da doca de Ponta Delgada não fosse á commissão de obras publicas, por isso que era um negocio puramente de fazenda.

O snr. presidente—disse que a camara ia constituir-se em sessão secreta por assim o exigir o bem do estado.

(Era 1 hora e 3 quartos)

Sendo 2 horas e 10 minutos tornou-se a sessão publica.

O snr. secretario (Sieuve de Menezes)—declarou que em sessão secreta tinha sido approvada a convenção entre Portugal e outros países com o sultão de Marrocos, para a administração e conservação de um pharol construido no cabo de Sparte, assignado em Tanger em 31 de maio de 1865.

O snr. Paulo de Sousa—mandou para a mesa seis requerimentos.

ORDEN DO DIA

Entrou em discussão e foi approvedo o projecto 115, authorisando o governo a satisfazer ao visconde de Alte, ministro plenipotenciario em disponibilidade, o seu ordenado na razão de 800,000 reis por anno, a começar do dia em que foi collocado na situação em que se acha.

Projecto n.º 25, que authorisa o governo a mandar contar, para todos os effectos, as capitães de fragata José Francisco Schultz e João Euzbio de Oliveira a antiguidade do posto de segundos tenentes da armada do dia 22 d'agosto de 1858.

Approvado.

Approvou-se a generalidade do projecto n.º 98 que diz respeito aos pesos e medidas, e que tinha ficado pendente na penultima sessão.

Passando-se á especialidade depois de breves reflexões do snr. Fradesso, com um additamento d'este mesmo snr. para que no artigo 2.º se diga—no reino e no ultramar—foi approvedo.

Suscitou-se uma questão de ordem sobre o modo porque a mesa devia nomear um empregado para a secretaria da camara em lugar de outro que falleceu ha poucos dias.

Depois de alguma discussão approvou-se uma proposta do snr. Rocha Peixoto—A camara, satisfeita com as explicações da mesa, passa á ordem do dia.

Projecto n.º 127.

Art. 1.º E' o governo autorizado a applicar até a quantia de 50:000 rs. para as despesas necessarias para que os productos da industria nacional possam concorrer na exposição universal que ha de ter lugar em Paris no anno de 1867.

Art. 2.º O governo dará conta ás cortes do uso que fizer desta authorisação.

Art. 3.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Seguiu-se o projecto 129, pelo qual o governo authorisado a abrir um credito extraordinario de 54:100 rs. a fim de completar as quantias precisas destinadas ás despesas com telegraphos electricos, com as obras da alfandega do Porto, com a fiscalisação da construção dos caminhos de ferro, e com as obras do abastecimento das aguas da capital.

Tambem foi approvedo depois de algumas observações dos snrs. Rocha Peixoto, ministro das obras publicas, José Julio e Sá Nogueira.

O snr. Serpa—mandou para a mesa os pareceres da commissão de fazenda sobre as propostas apresentadas pelo snr. ministro das obras publicas na sessão antecedente.

Entrou em discussão o primeiro parecer authorisando o governo a elevar até a quantia de 950 contos a quantia destinada para as obras do porto artificial em Ponta Delgada.

Foi approvedo depois de alguma discussão.

Tambem foi approvedo o outro parecer authorisando o governo a levantar um credito supplementar de 50 contos para os estudos e obras necessarias para o abastecimento de aguas na capital.

O snr. presidente—dando por ordem do dia de am. uha a continuação, levantou a sessão.

Eram 4 horas e 1 quarto.

TRIBUNAES

RELAÇÃO DO PORTO

SESSÃO DE 15 DE JUNHO DE 1866

Apellações civis

Barcellos—José Luiz Ferreira da Costa, mulher e outros, contra o padre Manoel da Cunha

outro; juiz Moraes Amaral, escrivão Albuquerque.

Porto—Domingos José de Castro, contra a confraria do Santissimo da freguezia da Victoria; juiz Brandão, escrivão Cabral.

CAUSAS ASSIGNADAS PARA A SESSÃO DE 22 DE JUNHO

Aggravado

Cda—O ministerio publico, contra Thereza de Jesus.

NOTICIARIO

Ephemerides, A'manhã, domingo, 17 de junho: St.ª Thereza.

Principio d'aurora—às 2 horas e 36 minutos. Nascimento do sol—às 4 horas e 36 minutos. Ocaso do sol—às 7 horas e 24 minutos.

Indicação do verdadeiro meio dia pela meridiana—0 minutos e 27 segundos antes do meio dia medio.

Festas a Santo Antonio. Proseguem as festas ao Thaumaturgo. Ha-as amanhã nos seguintes pontos:

Na igreja de Santo Antonio da Porta de Carros, com missa solemne e sermão, sendo orador o reverendo abbade de S. Martinho da Barca.

A musica da capella do snr. Canedo executará uma missa do fallecido compositor Francisco Eduardo da Costa.

De tarde tomará posse a nova mesa ultimamente eleita.

Na igreja parochial de Paranhos festeja-se igualmente o mesmo Santo, sendo orador o reverendo abbade de S. Nicolau, e a musica da capella do snr. Canedo.

Parece que se festejará igualmente o mesmo Santo, hoje e amanhã, em cima do Muro, junto á Porta Nobre, e na rua da Picaria.

Ponto nas aulas. Deve fazer-se hoje ponto nas aulas do lyceu nacional d'esta cidade.

Juro de inscripções. Está em pagamento o juro de inscripções de assentamento pelas relações de n.º 1 até 1:000, e recibos de compos até o n.º 251.

Companhia de zarzuela. Projecta regressar a Lisboa, no dia 19 do corrente, a companhia de zarzuela que funciona actualmente no theatro de S. João.

Fallecimento. Falleceu o snr. tenente coronel reformado João Evangelista Guedes, que morava na rua dos Guindães.

Deixou na orphandade um filho menor.

O finado teve ante-hontem á noite, no cemiterio do Prado do Repouso, as honras militares que lhe foram prestadas por uma força do batalhão de caçadores 9, commandada por um major, e acompanhada da respectiva banda marcial.

Por infracção de posturas. Por volta das 9 horas da noite de ante-hontem, estava a descarregar-se na rua das Virtudes, em frente da casa n.º 2, pertencente ao carneiro Pedro, um carro de cavalo, e indo a passar n'essa occasião uma patrulha de cavallaria, succedeu espantar-se um dos cavallos, que depois de dar fortes sacões, empinou-se e cahiu por terra com o cavalleiro.

O soldado recebeu na queda algumas contusões.

Em seguida um agente de policia interpellou o carneiro, censurando-lhe o haver infringido as posturas, ao que aquelle redarguiu asperamente.

Foi informada do succedido a autoridade competente.

Representação. Os regedores d'esta cidade representaram ao snr. governador civil para que as prisões feitas pelos agentes de policia, dentro dos limites das suas freguezias, sejam levadas ao conhecimento dos regedores logo que sejam effectuadas.

Por este motivo mandou s. exc.ª que se reunissem hontem os mesmos regedores na secretaria do governo civil.

Resolveu-se n'esta reunião, que continuasse o serviço a ser feito na melhor harmonia.

Que certas occorrencias insignificantes fossem pelos agentes levadas ao conhecimento dos regedores respectivos, e vice-versa á delegação de policia.

Que não fosse feita diligencia alguma por os agentes de policia, em algum ponto qualquer sem a presença do regedor ou d'algum seu delegado.

Estiveram presentes os administradores dos bairros, delegado e sub-delegado de policia, e oito regedores, que, são os das freguezias de S. S. Nicolau, Miragaya, Massarelos, Cedofeita, Victoria, Santo Helder e Bomfim.

A sessão foi presidida pelo snr. governador civil, tomando as autoridades presentes, parte na discussão, que terminou depois da 1 hora e meia da tarde.

Fundação de monte-pio. Amanhã será instituido em uma casa da rua do Gonçalo Christovão um novo monte-pio, que tem por fim auxiliar os operarios fabricantes quando não tenham trabalho.

Condenados e absolvidos. Os nomes dos réos, que ante-hontem foram condemnados no tribunal criminal do 1.º districto, são:—para as costas d'Africa, José Francisco Nogueira, o Pandilha, com dez annos de trabalhos, e para a Africa Occidental, tambem com trabalhos, Felicia Thereza, a Vendeira, amasia do Pandilha, com tres annos, Gabriel Antonio Ferreira, com oito annos, Francisco José dos Santos, o Janotas, com oito annos, Manoel da Silva Duarte, o Campones, com oito annos, Christovão da Silva Chantre, com oito annos, Manoel da Sousa Lero, com dez annos, Bernardino Pereira da Rocha, o Carniceiro, com quatro annos.

Foram absolvidos pelo jury João de Sousa, o Zinho, e Manoel Gomes da Costa.

Refractario hispan

COMMUNICADOS

Sr. redactor.

Rogo-lhe o obsequio de dar cabida no seu jornal aos seguintes documentos, com o que muito obrigaria o Sr. de v. etc. — *Carolina d'Almeida Pessanha*. — Lisboa, 11 de junho de 1866.

DOCUMENTO N.º 1

Illm.º e exm.º sr. Julio do Carvalho de Sousa Telles. — Tendo v. exc.ª na sessão de 4 de este mez, publicada no *Diario de Lisboa* de hoje, proferido expressões muito offensivas ao meu caracter e a minha honra, cumpre-me declarar a v. exc.ª que incumbe os cavalheiros os exm.ºs sr. José Paulino de Sá Carneiro, e João Antonio dos Santos Silva de promoverem a minha desaffronta, dando-lhe amplos poderes.

Dirijo-me portanto a v. exc.ª para que escolha dois cavalheiros que se entendam com os outros meus comissionados a fim de se combinarem no meio de se poder resolver esta pendencia no meio mais curto prazo possível. — De v. exc.ª — *Carolina d'Almeida Pessanha*. — Lisboa, 6 de junho de 1866.

DOCUMENTO N.º 2

Illm.º e exm.º sr. — Respondendo a carta que v. exc.ª acaba de dirigir-me, cumpre-me dizer-lhe que estou a sua disposição, e que incumbe os nossos collegos os exm.ºs sr. Antonio Camillo d'Almeida Carvalho, e Augusto Cesar Falcão da Fonseca, de se entenderem com os cavalheiros por v. exc.ª propostos. — Sou de v. exc.ª — *Julio do Carvalho de Sousa Telles*. — Lisboa 6 de junho de 1866.

Os abaixo assignados, encarregados pelos exm.ºs sr. Carlos d'Almeida Pessanha, e Julio do Carvalho de Sousa Telles, de resolverem uma pendencia d'honra levantada entre estes dois cavalheiros a proposito das expressões proferidas no parlamento pelo exm.º sr. Julio do Carvalho de Sousa Telles, e o exm.º sr. Carlos d'Almeida Pessanha, julgou offensivas a sua honra e dignidade, entenderam do seu dever examinar com o maior escrupulo esta delicada questao.

Antes da sessão de 4 de junho corrente tinha já havido entre estes dois cavalheiros varias polemicas a proposito de factos acontecidos em Macedo de Cavalleiros e Mirandella, e que diziam especialmente respeito a eleições em toda esta pendencia pessoal soltaram-se expressões acres de parte a parte, a que a paixão politica e as questões de localidade dão infelizmente lugar entre nós.

Em vista do occorrido, e em especial pelo que respecta à sessão de 4 de junho, corrente concordaram os abaixo assignados sob sua propria responsabilidade:

1.º Que nunca foi intuito do exm.º sr. Julio do Carvalho de Sousa Telles de *chef de quadrilha de bandidos* ao exm.º sr. Carlos d'Almeida Pessanha, por isso que esta phrase fora intercalada na discussão por um *aparte* d'um sr. deputado de d'uma questão.

2.º Que a expressão *columnador*, que apparece no discurso do exm.º sr. Julio do Carvalho de Sousa Telles em referencia ao exm.º sr. Carlos d'Almeida Pessanha se deriva manifestamente, não d'apreciação propria, mas de uns chamados documentos a que este cavalheiro enviava, para serem lidos no parlamento ao delegado de Macedo de Cavalleiros e de que elle delegou assumira a responsabilidade pelo facto de anterior publicação.

3.º E finalmente que os dois cavalheiros cuja pendencia foi confitada aos abaixo assignados (documento n.º 1 e 2) retiram pelo amor da sua propria dignidade, e por consideração para com o parlamento, em presença do qual teve lugar esta desagradavel polemica, todas as insinuações ou offensas que d'uma e d'outra parte se proferiram tanto n'esta como em outra qualquer sessão.

Lisboa, 11 de junho de 1866. — Antonio Camillo d'Almeida Carvalho — Augusto Cesar Falcão da Fonseca — João Antonio dos Santos Silva — José Paulino de Sá Carneiro.

CORREIO D'HOJE

Lisboa, 15 de junho

(DO NOSSO CORRESPONDENTE)

A manhã encerra-se o parlamento. Teve nove mezes d'existencia, d'uma vida pacifica sem opposição, sem lucta e sem inspirar o menor interesse.

Chancellou tudo quanto o governo lhe propoz, quasi sem a menor alteração. Bom e mau, tudo foi approvedo.

No fim d'estas nove mezes, pois, nada podemos julgar a respeito do parlamento, que quasi não teve vida propria; mas do que podemos fazer ideia exacta é do governo.

Nenhum obstaculo o impediu de ser util; nada se lhe oppoz á sua acção; fez tudo quanto quiz e soube.

E antes d'estas nove mezes parlamentares tinha pedido e tomado dois mezes para estudar. O que fez pois o governo em onze mezes de existencia, sem obstaculos, sem opposição, sem resistencia alguma mencionavel?

Util e importante, são duas cousas: a liberdade da barra do Douro e a lei da desamortisação, que hontem passou na camera dos pares quasi sem debate; e a primeira havia passado por unanimidade.

Tudo mais foi insignificante, ou mau ou esdanceloso.

Aqui tem onze mezes do governo, que todos receberam quando subiu ao poder com hymnos de regosio, com esperanças e alegria.

Neste periodo tudo se esterilizou. Nem houve governo, nem opposição; um grande partido, que se formara esperançoso e forte, morreu de inanção, trahido pelo proprio governo que lhe apoiava e exposto á irrisão dos que o cercavam inimigos e indifferentes; um estadista em quem muita gente confiava, mostrou-se mais factivo, mais estorpe, mais imprudente do que haviam, dito que o era os seus proprios adversarios; assassinou pelas costas um amigo que lhe fora mais do que leal por muitos annos, e mandou agora insultar o pelos seus pretorianos e súbditos; ha n'isto feia ingratitude e estúpida insensatez.

Nas questões de principios liberaes, o misterio mostrou-se reaccionario.

Aqui está uma epocha governativa triste; que deixa apezor si o desânimo, a corrupção e o desgosto geral. Lançou o paiz n'uma lagda lamentavel e coberta de gardo nevoeiro e deixa-lhe ver um futuro negro e assustador.

Agora apellem para janeiro, que é a reforma do mundo para a semana impossivel dos 9 dias.

D'aqui até lá, os ratos que destruem as searas, e o espectralhão que coma e se ria dos rusticos.

— Hoje na camera dos deputados não houve numero.

Os deputados foram tomar neve para o salão americano, e fugiram d'aquelle torreira ardentissima do largo de S. Bento.

Ainda bem.

Havia a apporvar o contracto, que propunha a destruição do pinhal de Leiria. Os deputados fugiram para não prepetrarem mais este escandaloso.

Bem hajam.

A camera dos pares lá está approvando tudo, com pouco mais do que a leitura dos projectos; approva pensões, e tudo.

— E nada mais ha de novo na politica interna.

— Está em Lisboa uma commissão da cidade de Braga, para pedir ao governo que o caminho de ferro do Porto á Regoa siga por aquella importante povoação, o que me parece justo.

— Agora que a guerra occupa e absorve a attenção de todos, vou dar-lhes uma breve noticia dos vasos que compoem a esquadra austriaca:

1 nau de linha *Kaiser*, de 92 peças e 892 tripulantes.

2 fragatas couraçadas de 1.ª ordem. *Ferdinand-Max* e *Hapsburgo*. 64 bocas de fogo, 868 homens.

3 fragatas couraçadas de 2.ª ordem *Kaiser-Max*, *Principe Eugenio*, *D. João d'Austria*, 95 peças e 1.098 homens.

2 fragatas de hélice de 2.ª ordem *Schwazenberg*, 50 peças, 626 homens — a *Novara*, (agora queimada) 51 peças e 538 praças.

3 idem de 3.ª ordem *Radesky* *Adria* e *Dona*, 95 peças e 1.104 homens.

2 corvetas de hélice *Frederich* e *Dandolo*, 44 peças, 548 homens.

7 canhoneiras a hélice de 2.ª ordem, 28 peças, 905 homens, e tres de 3.ª classe com 12 bocas de fogo e 316 homens.

2 escunas a hélice *Kerka* e *Narenta*, 12 peças, 200 praças.

Outra *Maor*, com 2 peças e 39 homens.

Yacht Greif 3 peças e 102 tripulantes.

Barcos a vapor: *Elisabetha*, 6 peças, 166 homens — *Lucia*, 6 peças, 180 homens — *Andrea Hoffer* *Carloline*, 8 peças e 218 tripulantes.

Tourus, 5 peças, 63 homens — *Trieste*, 4 peças e 66 homens — *Fiume*, 2 peças e 49 tripulantes.

Hentzi, 4 peças e 48 homens.

Fragata de vela *Bellona*, 56 peças e 352 homens.

2 corvetas idem *Caroline*, 20 peças e 169 homens — *Munera*, 15 peças e 145 homens.

3 brigues de vela *Hussar*, *Monteueuli*, *Pylade*, com 28 peças e 246 homens.

2 escunas *Saida*, 8 peças e 75 homens — *Arethusa*, 10 peças e 75 homens.

1 escuna-transporte, 46 homens.

2 vapores de rodas *Frantz-Joseph* e *Hers*, 6 peças e 85 homens.

No lago de Guarda 6 canhoneiras com 24 peças e 372 homens.

Na Laguna 5, com 6 peças e 132 homens — e 6 vapores de rodas, com 12 peças e 192 homens.

Vapores de rodas *Alochi*, com 20 homens — *Gonlowski* e *Messager*, 30, *Throw* e *Taxis*, com 34.

1 basteira couraçada com 16 peças e 219 homens.

3 pontões com 50 peças e 126 homens.

Total — 852 peças — 10.957 homens.

O commandante da esquadra é o almirante Tegethoff.

E' muito para ver o que a respeito da marinha austriaca diz um correspondente do *Jornal dos Debates* n'uma carta escripta de Bolonha e 3 de junho.

Resumindo a sua opinião diz que a esquadra austriaca exceptuando os navios couraçados só pôde servir para fazer lenha.

Foi o archiduque Maximiliano, o que é hoje imperador do Mexico, por graça do imperador Napoleão, quem deu na Austria a iniciativa e o primeiros passos para a formação da esquadra austriaca.

Repto: leam a carta, que alem de ser noticiosa, tem graça.

Terminou-se e distribuiu-se já a tradução dos *Travailleurs de la mer*, de Victor Hugo. A edição portugueza é barattissima. Custa seis ou oito tostões. A franceza importa em tres mil e seiscentos réis.

A tradução não é boa, mas emfim o preço é convidativo.

O ultimo romance de Victor Hugo é para mim uma prova de que aquele grande engenheiro, com quanto em decadencia, pôde vir ainda produzir de grande, de elevado e sobretudo de atrahente para os seus admiradores.

Nos *Trabalhadores do Mar*, ha o exagero das imagens, o abuso da antithese, o excesso nas ideias e na forma, mas ha como sempre a eloquencia do estylo, a belleza das descrições e por vezes a concisão d'essa phrase em que se consubstancia o que só parecia poder definir-se por meio de muitos e diversos periodos.

Do sr. P. Chagas appareceram dous livros, que ainda não li.

O sr. visconde de Soares Franco foi hontem a bordo da fragata hollandeza visitar o commandante. Os navios deram as saivas do estylo.

Hontem houve no Passeio Publico grande concorrência e grande ventania. Era um beneficio (*ahora y siempre*). Os beneficiados foram desenganar a Mafra uma banda militar. E' do asylo dos filhos dos soldados. Executaram menos mal alguns trechos musicaes.

A noute estava desbrida, contudo, em torno do coreto jos jovens phylarmonicos era impossivel o transitio, tamanha era a abundancia de gente e de... vestidos conditos.

S. M. El-Rei o Sr. D. Luiz, acompanhado por um dos seus ajudantes de campo e pelo sr. ministro da marinha, deu uma volta no passeio.

Foi approvedo o orçamento da camera municipal de Villa Nova de Gaya, para o anno de 1865 a 1866 — assim como um orçamento supplementar.

Foi tambem approvedo o orçamento da camera de Belem, para o referido anno.

Foi exoneração do cargo d'escrivão da camera municipal de Constancia o sr. José Correia Pinto de Moraes.

Houve transferencia mutua entre os administradores de Cuba e de Loulé; passando para este concelho o sr. João José Botelho Palma, e para aquelle o bacharel Acurcio João Maria Quaresma.

Foi agraciado com a gran-cruz de Santiago o sr. duque de Saldanha.

Outras graças foram conferidas, mas não pude hoje alcançar a relação dos agraciados.

No ministerio da justiça tambem se não soltaram os despachos d'hontem.

CORTES

Camara dos snrs. deputados

Sessão de 15 de junho

PRESIDENCIA DO SR. CESARIO

Sendo 2 horas da tarde procedeu-se á chamada, e verificando-se não haver numero legal na sala, o sr. presidente declarou levantada a sessão.

TELEGRAPHIA ELECTICA

LISBOA, 15 DO CORRENTE, A'S 7 HORAS

E 25 MINUTOS DA TARDE

Weimar — A circular prussiana, do dia 12, declara, que a Prus-

sia considerará os estados que votarem a mobilisação dos seus exercitos, como se elles fizessem uma declaração de guerra.

Vienna — O imperador respondeu á representação que lhe enderessou a municipalidade, que tem feito todo o possível por manter a paz e a liberdade da Alemanha, e que presentemente confiava em Deus, no seu direito e no seu valoroso exercito.

MADRID, 15 DO CORRENTE. A'S 7 HORAS

DA MANHÃ

Francfort 14 — A Dieta votou a mobilisação do exercito federal por nove votos contra seis. O embaixador da Prussia declarou a confederação dissolvida, e assegura-se que vai deixar Francfort.

Despachos telegraphicos recebidos por via dos jornaes hispanhoes

Altona 10 — Publicou-se a convocação dos estados para Itzohé. Os prussianos receberam ordem de oppor-se terminantemente e por todos os modos á reunião dos representantes dos estados.

COMMERCIO

MERCADO DE LONDRES

Depois de fechada a mala para o Oneida que acaba de sair, recebemos o seguinte telegramma diz a *Correspondencia de Portugal*:

Londres, junho 12, ás 6 h. e 53 m. da t.

ALGODÃO — Mercado calmo. Chegadas 84415 saccas. Vendas 27000 saccas incluindo 7000 vendas de hoje.

COTAPES: Pernambuco, medio - - - 15 1/2 Maranhão - - - - - 14 5/4

CAFÉ E AÇUCAR — As mesmas cotações que tinham em 25 do corrente, a saber:

Café, por 112 lbs. - - - - - 65/0 Rio, 1.ª sorte - - - - - 65/0 2.ª - - - - - 59/0

Escolha - - - - - Assucar, por 112 lbs. Pernambuco - - - - - 20/6 a 21/6

Branco - - - - - 19/0 a 20/0 Louro - - - - - 17/0 a 18/6

Mascavado - - - - - Bahia e Maceió - - - - - 20/6 a 21/6

Branco - - - - - 17/9 a 19/0 Louro - - - - - 16/9 a 17/0

Mascavado - - - - - couros — Mais firmes.

Rio, secos de 50 a 55 lbs. - - - 7d a 7 1/2d de 20 a 24 lbs. - - - 6 1/2d a 7d

de 100, 35 a 40 lbs. - - - 6 1/2d a 7d

Rio Grande, por lb. - - - 5 1/2d a 5 3/4d

de 45 a 50 lbs. - - - 5d a 5 1/4d

vacca 40 a 48 lbs. - - - 4 1/2d a 4 3/4d

FUNDOS

Consolidados - - - - - 87

Brazileiros, 1859 - - - - - 94

Scrip-desconto - - - - - 6

Portuguezes - - - - - 42

(Pinto Leite e Irmãos.)

ALFANDEGA DO PORTO

Rendimento em 15 de junho - - - 7:567,8290

DESPACHOS PARA EXPORTAÇÃO

15 DE JUNHO

Rio de Janeiro — Na barca Despique 2.ª F. da F. Vieira, 267 litros de vinho; M. L. P. da Silva, 11 saccos com rolhas; A. M. de F. Couto, 400 barris com azeitonas.

Idem — Na barca Felix, A. G. F. Novo, 5542 litros de vinho.

Idem — Na barca Flor da Feitosa, B. P. R. Peixoto, 4458 litros de vinho; A. F. Meneses, 3506 ditos; D. F. Rodrigues 12 barris com carne; A. A. d'Oliveira, 5 volumes fechaduras e cordas; A. dos S. S. Palmeiro, 10 saccos com rolhas.

Rio Grande do Sul — Na barca Bedmar, E. da C. Leite, 2 caixões com calgado.

Bahia — Na barca Maria & Amélia, A. J. da S. Cunha, 2289 litros de vinho; L. J. de Campos, 1 caixão com pentes; A. M. de F. Couto, 12 barris com carne; F. A. Vieira, 7 volumes com linho.

Pernambuco — No brigue União, Pinheiro & Oliveira, 254 litros de vinho; A. F. Meneses, 106 ditos; V.ª Azevedo & F.ª, 100 caixões com pomadã.

Londres — No vapor ing. Leda, Sandman & C.ª, 14558 litros de vinho; Dow & C.ª, 2156 ditos; A. F. Meneses, 5542 ditos; Warre & C.ª, 8547 ditos; D. M. F. J. & C.ª, 554 ditos, 20 bois e 2 saccos com coustias; F. P. da Silva Junior, 50 ditos com rolhas; M. L. da Costa, 5 barris com sarro; Dias & Lima, 17 saccos com rolhas; A. dos S. Gomes & C.ª, 8 caixões com poleame.

Idem — Na gal. pol. Cornelia Anna Christina, Croft & C.ª, 5542 litros de vinho.

Liverpool — No vapor ing. Cintra, R. Wilcock, 360 litros de vinho; J. Affalo & C.ª, 10 saccos com lá; C. Brandão, 15 ditos com rolhas; M. J. L. da Costa, 10 barracas sarro; A. C. de Oliveira, 88 saccos com lá; A. Miller & C.ª, 64 bois.

Leith — Na esc. ing. Triton, G. J. Graham & C.ª, 554 litros de vinho; Clode & Baker, 4807 ditos; Sandman & C.ª, 5075 ditos.

Plymouth — Na esc. ing. Pandora, A. A. da Cunha, 55 volumes de cortiga.

New-York — No pat. amer. Susan, B. Thompson, Sandman & C.ª 7155 ditos ditos

Terra Nova — No brigue ing. Velocity, M. Fins & C.ª, 98560 litros de sal.

Hayre — No pat. Iberia, A. Ribeiro, 17 barricas com terra de fundição.

NAVIOS QUE COMPLETARAM A SUA DESCARGA

15 DE JUNHO

Lisboa — Hiate Franco & C.ª

Aveiro — Hiate E' Segredo

Idem — Hiate Rasoulo 1.ª

VINHO DESPACHADO PARA EXPORTAÇÃO

15 DE JUNHO

Vinho - - - - - Litros

67:613

PARTE MARITIMA

MOVIMENTO DA BARRA DO PORTO

15 DE JUNHO

Entradas

Pernau — Esc. rus. Activ

Ilha Terceira — Esc. Etelvina

Liverpool por Vigo — Galera Adamastor.

Sahudas

Copenhague — Brigue sueco Johnny

Rio Grande — Barca Bedmar.

MOVIMENTO DA BARRA DE LISBOA

15 DE JUNHO

Entradas

Southampton — Vapor Oneida

Setubal — Hiate Senhor dos Passos

Faro — Hiate Vinte e oito de Março

Setubal — Hiate Ramilhe 1

Rouen — Brigue fr. Brennus

Aracaju — Brigue Anna

Llanely — Brigue ing. Peep

Sunderland — Brigue ing. Prince Albert

Bount Island — Pat. nor. Adret

Vieira — Rascia Julia

S. Thiago — Pat. Fafel

Vlaardingen — Pat. hol. Fortuna

Sahudas

Londres — Vapor ing. Italia

Comillase — Esc. fr. Dauphinelle

Setubal — Bateira Tentadora

S. Miguel — Esc. Jacinthia

Flores — Hiate Margarida

Liverpool — Vapor ing. Dalmatian

Portos do Brazil — Vapor ing. Oneida.

ESPECTACULOS

THEATRO DE S. JOÃO

COMPANHIA DE ZARZUELA

7.ª RECITA DE ASSIGNATURA

Sabbado, 16 de junho

Beneficio da distincta 1.ª duple

D. Elisa Zamacols

Zarzuela em 1 acto — FRASQUITO. — Por obsequio ao publico, cantará a beneficiada a nomeada canção — JUANITA. — A segunda representação da zarzuela em 2 actos — LAS AMAZONAS DEL

EDITOR, JOSE ANTONIO DE BARROS BRAGA
 TYPOGRAPHIA DO JORNAL DO PORTO
 Rua de Ferreira Borges, n.º 31